

“O meu corpo é o meu quilombo”: os fluxos de saída e de retorno para o território e a comprovação étnica de quilombolas da Ilha da Marambaia - RJ¹

Fabiana Helena da Silva - UFRRJ

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa etnográfica em curso, na Ilha da Marambaia/RJ, local que abriga a Comunidade Remanescente de Quilombolas e uma Base Militar da Marinha. Além do acompanhamento do cotidiano, foram consultados documentos presentes nos acervos do quilombo e neste contexto, as teorias de Estado propostas por Veena Das (2008) têm sido fundamentais para pensar estas dinâmicas, em especial, o quanto documentos escritos atuam na organização da vida diária. Neste recorte, apresento questões relacionadas à comprovação da identidade étnica quilombola, assunto muito presente no cotidiano da comunidade. Comprovação esta, fundamental para aquisição de direitos, como o Auxílio Permanência do Governo Federal² para estudantes de Instituições Federais de nível superior, assim como para ter acesso às cotas³ e benefícios relacionados a projetos de empresas ou ONGs, oportunidades de trabalho específico para grupos étnicos quilombolas e estágios. Para isto, a diretoria da comunidade emite declaração na qual a etnicidade quilombola é afirmada, através da assinatura de três lideranças, ressaltando o “pertencimento à comunidade, manutenção de laços familiares, econômicos e socioculturais”. Nesta trajetória etnográfica dentro da comunidade, tenho acompanhado o quanto a emissão de comprovação da identidade está, de forma inegociável, relacionada à moradia no espaço físico território quilombola. No passado recente da comunidade, famílias foram expulsas pela Marinha e impossibilitadas de voltar a morar na ilha. Em épocas anteriores, algumas saíram de forma voluntária, em busca de escolarização e trabalho. Além disso, por conta da baixa mobilidade e falta de recursos, muitas estabeleceram moradia fixa no continente. Busco apresentar neste trabalho reflexões sobre este “estar para ser” e sobre os fluxos de saída e retorno destas pessoas para a ilha. Desenvolvo essa reflexão a partir de algumas histórias de ilhéus e seus familiares do continente. O objetivo desta pesquisa é promover uma reflexão sobre as especificidades deste quilombo como um território que possui fluidez e, ao mesmo tempo, um severo controle mediado pelo Estado. Para tal, proponho uma análise dos argumentos relacionados às saídas voluntárias e compulsórias, tendo por base depoimentos e pesquisa documental, buscando dar enfoque especialmente à dinâmica documento-território em “atestar” a identidade quilombola, sem deixar de fora conflitos, conquistas, perdas, projetos e sonhos. Por fim, refletir sobre as dimensões simbólicas propostas por Beatriz do Nascimento (Ratts, 2006), que contraria o pensamento ocidental vigente, sobre “ser onde está”, “corpo-território” ou “corpo como o próprio território de pertença”.

Palavras-chave: quilombolas; identidade territorial; “corpo-território”.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² O Programa de Bolsa Permanência foi instituído em 2013 e tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação. <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>

³ Aprovado no Congresso Nacional, prevê de cotas de acesso ao ensino superior para quilombolas. Atualmente essas pessoas acessam via cotas raciais. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/09/comum-ano-de-atraso-camara-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas.ghtml>

Os donos verbais da terra

A ilha de Marambaia, situada na região litorânea entre Rio de Janeiro e São Paulo, no município de Mangaratiba (RJ), pertencente a Baía de Sepetiba, conhecida popularmente por Costa Verde. A leste fica localizada extensa área de restinga, já na direção oeste, conhecida como a ponta da Marambaia, encontram-se as casas dos moradores. A ilha possui quatorze praias e quatrocentos e trinta dois moradores compondo o total de duzentas e três famílias, registradas no senso⁴ de 2022. Estas famílias vivem distribuídas pelas praias e compõem o território reconhecido como Quilombo da Marambaia. A história de formação deste quilombo deriva do fato de no passado existirem fazendas de café na ilha, e com o fim da escravidão, o dono das fazendas deixou a terra para os libertos como doação, pois estava muito doente e debilitado. Na história de formação dos quilombos, as possibilidades de estruturação são múltiplas, conforme explica (Schimitt et al, 2002):

“Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção”.

(Schimitt et al, 2002, p. 3)

As comunidades de negros fugitivos são encontradas a partir de 1575 (Gomes, 2015), porém o primeiro conceito de quilombo foi redigido apenas em 1740 pelo Conselho Ultramarino Português, a definição diz que “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Para Gomes (2015), a etnogênese dos quilombos deriva de diferentes etnias africanas, a palavra quilombo ou mocambo são originárias da África central e em Quimbundo significam acampamento provisório, em Angola, significa pau de forquilha, utilizado na produção de acampamentos. Apesar de alguns contextos, darem a noção de que o quilombo seria um sistema isolado, forjados a partir de rebeldias e

⁴ Fonte: Associação Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia – ARQIMAR. De acordo com o TAC, o senso é realizado pela Marinha do Brasil com apoio da ARQIMAR (TAC, p. 4).

heroísmos, este autor explica que não se tratavam de sistemas absolutamente rígidos, e que em sua origem de formação, eram comuns os processos de dissolução e reestruturação e o fluxo de entrada e saída de novos membros. De uma forma semelhante, Reis e Silva (2009) sugerem que nos quilombos, existiam espaços sociais mesclado por barganhas, negociações.

O sociólogo Clovis Moura (1981) define quilombo como um agrupamento de pessoas cujo sentido está relacionado ao conceito de resistência, formas de organização sócio-políticas que para além do contexto da escravidão, visam abranger a questões étnicas e de territorialização. O povo negro nunca foi passivo à dominação escrava, eles sempre atuaram na mobilização de estratégias de resistência, demonstrando alta capacidade organizacional em busca de sua liberdade (MOURA, 1981). Esses agrupamentos, visam a manutenção dos padrões culturais de vida e a sobrevivência (MOURA, 1988)

A ilha da Marambaia abriga as antigas histórias de negros escravizados nas fazendas de café do Comendador José de Souza Breves, considerado um dos mais poderosos cafeicultores da região sul do Estado do Rio de Janeiro. Também conhecido por “senhor do café e do tráfico”, por ser um dos maiores traficantes de negros para o trabalho escravo de sua época. O “Breves” fazia da Marambaia um local de “engorda” desses negros, para depois comercializá-los a outros fazendeiros (Arruti, 2003, p. 6). Após a sua morte em 1889, a ilha passa a ser administrada por sua esposa, que em 1891, vende para a Companhia Promotora de Indústria e Melhoramentos. Em 1896 a ilha é transferida para o Banco da República do Brasil e nesses desdobramentos entre dívidas e acordos, a ilha passa a ser posse definitiva da União.

Arruti (2003), na ocasião em que escrevia o Relatório Técnico Científico - RTC sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, cita alguns relatos de moradores da época. Segundo este autor, os ilhéus replicavam as histórias ocorridas após o processo abolicionista de 1888, no qual o comendador teria distribuído⁵ as praias entre as famílias dos negros libertos e que posteriormente, esta “doação verbal”, não teria sido respeitada pela sua família. De todo modo, essas pessoas passaram a viver livres na ilha durante muitos anos, desenvolvendo suas práticas culturais e de sobrevivência, no entanto, sem a documentação de suas terras.

⁵ “Doação de antigo dono foi só verbal”. Reportagem de Athos Moura no Jornal “O Dia” 14/12/2014.

Segundo Arruti (2003), esta posse foi pacífica até 1939, após este ano, a implementação de outros empreendimentos na ilha, por parte da União, foi gradativamente modificando os modos de vida daquela população. Um desses empreendimentos foi fruto da expansão de uma instituição criada por Rafael Levi Miranda (1889-1969), esta Fundação Filantrópica criada em 1935 na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente, possuía o intuito de prestar assistência aos mendigos e menores de idade desamparados, com a expansão, pode-se ampliar o público alvo assistido, o que resultou na criação da Escola Técnica de Pesca, instalada na ilha da Marambaia no início da década de 1940.

A remodelação do aprendizado tradicional e a evasão voluntária para o continente

Em 1939, durante o Governo de Getúlio Vargas, a ilha da Marambaia passa a abrigar a Escola Nacional de Pesca Darcy Vargas (EPDV), apesar do nome da escola ser uma homenagem à Primeira Dama do Brasil, Darcy Vargas, as mulheres ficaram de fora desta formação. O objetivo da escola era profissionalizar os filhos de pescadores, caiçaras e povos tradicionais que viviam da pesca artesanal de todo o litoral brasileiro, ou na versão dos moradores, “ensinar filhos de pescadores a pescar”. Sobre a EPDV:

Ela foi fundada no intuito de dar formação profissional de pesca para filhos de pescadores tradicionais de várias regiões do litoral brasileiro e para os filhos dos pescadores tradicionais que já viviam naquela Ilha. Consideramos que esta Escola foi um grande marco na vida da comunidade em que esteve inserida e que também se constituiu como uma experiência singular no âmbito do ensino industrial no Brasil. (Zamorano, 2010, p.17).

A dinâmica da ilha é modificada com a implementação da Escola de Pesca e os moradores passam a contar com serviços públicos que nunca tinham existidos na ilha (Zamorano, 2010. p 10). Segundo os ilhéus, quando a escola de pesca foi instalada na ilha, a Marambaia passou a contar com uma subprefeitura, agência de correio, hospital equipado, biblioteca, armazém, armarinho. As fábricas passaram a ser uma realidade na ilha, produziam gelo, redes, barcos, sardinha em lata e todo este aparato mudou a vida dos quilombolas, fazendo parte das boas lembranças da época, quando a Marambaia “*parecia uma cidade, tinha até prefeito*”, na visão de Dona Dulce.

Nascida em 1953 e domiciliada na região da Praia Suja, na Marambaia, Dulce (71) relembra que não havia um sistema de liderança comunitária como existe hoje, a

organização política baseava-se na visão micro, dentro das famílias, de acordo com os costumes, prevalecendo o respeito e a escuta aos mais velhos. Na visão macro de comunidade, prevalecia as normas da prefeitura local, na pessoa do prefeito, este, uma espécie de administrador.

A grande propaganda a respeito da instalação desta escola, era o apelo à modernidade, e o quanto as atividades realizadas pela tradição, seriam moduladas por este “fazer técnico”. Antes da EPDV, os ilhéus praticavam a pesca tradicional e artesanal e a agricultura de subsistência e esse modo de vida, “não combinava” com o modelo de sociedade moderna idealizada pelo Governo de Getúlio Vargas, do contrário, o projeto de moderno precisava ser visto como algo grandioso, imponente, a fim de justificar sua implementação. Em um vídeo⁶ produzido em 1948 pela Cinemateca Brasileira sobre a EPDV, o narrador descreve o pensamento da época sobre aprendizado tradicional quilombola e caiçara:

“Sem ensino profissional e equipamentos adequados, tudo era considerado atrasado, pobre e empírico e a aprendizagem, muito precária era feita, por assim dizer, de pai para filho.” (Cinemateca brasileira, 1948).

Com a negação do acesso das mulheres à formação profissional implementada na Marambaia, o Grupo Escolar Municipal instaurou uma formação voltada para elas, relacionada à limpeza e preparação de pescado, tudo muito semelhante aos afazeres domésticos (Zamorano, 2010. p 11). Um exemplar da Revista Existimos, encontrada na sede da comunidade diz o seguinte:

“Para as filhas da ilha havia apenas o grupo escolar municipal e as atividades fabris de limpeza e preparação de pescado. Sem oportunidades e sem experiência, muitas migraram ainda jovens para Itacuruçá, Mangaratiba ou Rio de Janeiro, para trabalhar como empregadas domésticas” (Existimos, 2007, p.19)

Ao que tudo indica, o processo de evasão voluntária de algumas famílias para o continente, está relacionado à exclusão das mulheres na escola técnica. Não se tem ao certo a quantidade de pessoas que saíram, pois de acordo com Dona Dulce e outros interlocutores ouvidos, os quilombolas não tinham a presença de uma liderança, acesso a

⁶ Secretaria do Áudio Visual – Ministério da Cultura. Acessado em 08 de março de 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=86qwT6jrSSM&t=984s>

algum tipo de censo, ou algum outro tipo de registro de seus moradores, capazes embasar estimativas.

No geral, os quilombolas que deixaram a ilha podem ser encontrados nas festividades da Marambaia, junto a seus familiares que ficaram, mais também no cais de desembarque em Itacuruçá. Para realizar estes registros busco estabelecer relações com interlocutores nascidos na Marambaia, que migraram voluntariamente para o continente ou seus descendentes nascidos fora da ilha.

Neste item do trabalho, trago para esta reflexão parte da história de Dona Dilete Alves, carinhosamente conhecida como Didi de 86 anos e de Adrielly de 23 anos. Dona Didi, é enfermeira de formação, aposentada, católica, viúva e moradora de Itacuruçá. Nascida na Marambaia no final da década de 1930, acompanhou boa parte dos fatos narrados sobre a escola de pesca. Nossa relação teve início no brechó da Igreja de SantAnna em Itacuruçá, local onde ela presta serviço para a igreja, como atendente no bazar. Nossa amizade teve início quando me tornei cliente do brechó. Em nossas conversas, Dona Didi falou sobre seus movimentos de saída e retorno:

“Nasci na Marambaia, saí de lá com quinze anos, depois fiz curso de auxiliar de enfermagem e voltei pra trabalhar lá, trabalhei naquele hospital da Marambaia. Depois que eu estudei eu voltei, ainda tinha parentes lá na Marambaia, meu pai já tinha saído da Fundação Getúlio Vargas e foi embora pra Itaguaí, depois eu casei, sai da ilha, meu marido trabalhava na Fundação Cristo Redentor, mais não lá na ilha, aí eu tive que sair e vir pro continente com ele”. (Dona Didi, 2024)

O relato da Dona Didi, corrobora com a ideia, de que a falta de escolarização às mulheres, fez com que algumas famílias saíssem voluntariamente da ilha, a fim de que suas filhas completassem a escolarização básica e o ensino médio. Ela complementa:

“Lá na escola da ilha fazia até a quinta série, depois a admissão, hoje em dia tem outro nome. Estudava a quinta série depois fazia a admissão hoje em dia é assim, estuda e depois faz o ginásio, no meu tempo era admissão”. (Dona Didi, 2024)

Dona Didi saiu para estudar, retornou para trabalhar e novamente saiu para estabelecer família no continente, vale lembrar que sua trajetória de vida segue a linearidade dos acontecimentos da ilha. A implementação da escola excludente às mulheres, faz com que a Didi deixe a ilha para completar seus estudos e se formar enfermeira, em contrapartida, o grande aparato em torno da escola, faz com que a Dona

Didi retorne para trabalhar como enfermeira no hospital. Este movimento de sair da ilha e retornar, também foi feito por homens, porém nem todos que saíram foram bem sucedidos ou conseguiram conquistar uma formação profissional. Grande parte dos que retornaram para a comunidade, tanto homens quanto mulheres, foi pela falta de formação profissional ou escolar e dificuldade na adaptação ao trabalho urbano:

“Passaram muito aperto, a gente não sabia lidar com liquidificador, ferro elétrico. Também os homens sem habilidades profissionais urbanas no continente, tinham dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Muitos retornaram. Enquanto isso as famílias continuaram com suas práticas tradicionais de cultivo e pesca” (Existimos, 2007, p.19)

Quando os moradores descreveram que a Marambaia “parecia uma cidade”, referiam-se à área próxima ao cais da Marinha, à Vila dos professores que hoje abriga a Vila Militar, pois na área residencial quilombola, não tinha energia elétrica, eles viviam sem aparelhos eletrônicos, sem o conforto de um ventilador, ou geladeira. A desativação da escola, e o desmonte das instalações do seu entorno, datam no momento de sua saída definitiva da ilha, casamento, constituição de família e residência fixa no continente. Uma curiosidade sobre Dona Didi é ver ela se reportar aos moradores do quilombo como “eles”, “eles são quilombolas”. Ela não se inclui no grupo, e em nenhum momento de nossas conversas diz querer voltar para a ilha. Também não é uma pessoa muito assídua nas festas.

A história de Adrielly possui uma semelhança com a de Dona Didi, pois ambas originam de saídas voluntárias da ilha. Adrielly é uma jovem de 23 anos, negra retinta, universitária, solteira, moradora de Itaguaí. A conheci na ocasião em que ela desembarcava no cais de Itacuruçá, depois disto, nos encontramos nos festejos de novembro. Nesta época, ela me procurou para saber se podia participar de um grupo de leitura de editais, que eu desenvolvo na comunidade, informado a ela por sua tia que mora na ilha. Nesta ocasião, ela deixou seus dados para participar de um grupo de *Whats App*, mantido para este fim. Aos poucos fui conhecendo a história dela da sua família, que saiu da ilha em busca de uma formação e emprego:

“Meu avô saiu da ilha para trabalhar e estudar, se formou em bombeiro civil, as irmãs dele trabalharam como empregadas domésticas, ele construiu uma família aqui no continente” (Adrielly, 2024).

Segundo contam os moradores, muitas mulheres migraram para o continente, indo residir em Mangaratiba, Itacuruçá e Itaguaí e até mesmo no Rio de Janeiro, para trabalhar como empregadas domésticas. Por não terem energia elétrica no quilombo, não sabiam manusear equipamentos domésticos, “muitas não sabiam utilizar um ferro elétrico, ou um liquidificador”.

Adrielly faz parte da terceira geração da família Fernandes, frequenta a ilha na condição de “visitante familiar”, hoje ela é universitária, apesar de estar inscrita em uma Universidade Federal, não consegue ter acesso ao benefício do Auxílio Permanência. Adrielly acessou a universidade através de um projeto de leitura da comunidade, no qual eu me mantenho como voluntária. Sua presença e permanência neste grupo de mensagens, sempre foi questionada, gerou alguns desconfortos, apesar de sua tia viver na ilha e todos saberem que ela descende de lá, e mesmo tendo a sua participação no projeto autorizada pelas lideranças, ela alegava se sentir excluída. Este conflito vivido por esta jovem, se estendeu ao ambiente universitário, sendo quase um motivo de desistência.

Recentemente, esta jovem pediu à diretoria da comunidade um atestado de etnicidade, a fim de que não fosse mais indagada sobre seu pertencimento étnico. A todo tempo ela afirma ser quilombola, e apesar de ter ciência de que nunca terá acesso aos direitos dos moradores da ilha, para ela, “*poder dizer quem é e poder comprovar é mais importante que tudo isso, é ser muito mais que uma mulher negra é dizer que pertence a um povo*”. Adrielly é muito presente na comunidade e diz que, seu maior sonho é viver na ilha, lamentando que no passado, questões logísticas e financeiras fizeram sua família sair. O documento emitido para Adrielly, pelas lideranças da comunidade diz: *Declaro para devidos fins que Adrielly (nome completo e CPF), possui pertencimento étnico quilombola da Ilha da Marambaia e que por motivos diversos, reside fora da ilha com familiares. Assinado por três lideranças, datado e com o CNPJ na comunidade.*

As histórias conhecidas pela pesquisa na ilha, levam a pensar que a escolarização seja um dos principais motivos de evasão de jovens do território. Inicialmente, na ocasião da escola técnica para homens, predominou o êxodo de mulheres, com a ocasião do fim da escola técnica, as saídas passaram a ser compulsórias, executadas pela Marinha, às pessoas que infringiam suas regras. Contudo, alguns fatores continuam motivar a saída de jovens da ilha, como uma nova espécie de saída compulsória, na qual as pessoas desistem de permanecer. Esta aparente saída pacífica, camufla o processo de violência velada, ao qual a comunidade é submetida diariamente, mediada pela ausência de tudo.

Dionato Eugênio, muito conhecido como Seu Naná, em 2007, ocasião em que era liderança quilombola no território, em entrevista para o infográfico “Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas”, revela uma importante preocupação com a falta de escola de ensino médio e de emprego na ilha:

“Sem a escola de ensino médio, os jovens precisam sair para estudar no continente e em geral não voltam para a comunidade. Estamos perdendo eles porque não tem trabalho e escola lá na ilha. E sabemos que mesmo com a titulação, sem os jovens não conseguiremos manter a terra” (Seu Naná, 2007)

Desde a data deste depoimento, nada mudou na Marambaia, a juventude que termina o nono ano, necessita realizar a travessia diariamente para estudar no continente. A nível de informação, o barco da Marinha que transporta os moradores, possui apenas dois horários por dia, o primeiro deles é pela manhã as 5:30, chegando no continente por volta das 6:40 da manhã. Retorna para a ilha as 7:00 em ponto e volta a realizar a travessia apenas as 15:30, atracando no cais de Itacuruçá as 16:40 e retornando para a Marambaia as 17:00 horas. Deste modo, quem decide terminar o estudo básico, ou trabalhar, precisa realizar a travessia as 5:30 da manhã e voltar para a casa no último barco das 17:30, considerando o grande deslocamento dentro da ilha a pé até a área residencial da comunidade, é necessária muita energia para conseguir este traslado diário.

A nível de informação, vale destacar que as escolas de ensino médio funcionam até o meio dia, esses estudantes precisam passar a tarde inteira no cais, ou na pracinha esperando o horário do barco, sujeitos à todas as exposições possíveis para quem está na rua. O panorama da ilha na ocasião desta entrevista de Dionato, dá conta de que o território apesar de titulado, necessitaria da presença da juventude, a fim de perpetuar a presença quilombola na ilha. A energia elétrica chegou na comunidade apenas em 2014, na ocasião do Programa Luz para Todos⁷, lançado em 2011, para os estudantes, realizar as tarefas da escola nessas condições precárias era quase impossível, representando mais um motivo para os jovens a saírem para estudar, e não voltar mais para o território.

⁷ Surgiu em novembro de 2003, com o Decreto no 4.873, do governo federal, com o nome Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. Foi alterado posteriormente pelo Decreto no 6.442/2008 e no 7.324/2010, com prolongamento dos prazos de universalização. Em julho de 2011 foi criado o programa Luz para Todos para o período de 2011 a 2014, pelo Decreto no 7520, com o mesmo objetivo de universalização do serviço de acesso e uso de energia elétrica à população do meio rural que não possui acesso.

A disciplina e as saídas compulsórias do território

As saídas compulsórias do território tiveram início nos anos 1980, mediadas pela Marinha, a esta altura dos fatos, a escola de pesca já havia sido desativada (1971), por conta de problemas financeiros. No lugar da escola, a ilha passou a abrigar a instalação de base militar Marinha do Brasil, que nesta época, assumiu o controle total da ilha. Os moradores que na época viviam de forma livre, passaram a ter suas vidas regidas por uma nova dinâmica social, especialmente a partir da implementação do Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia – CADIM. A revista *Existimos*⁸ de 2007 apresenta um pequeno resumo da situação vivida pelos moradores a partir de 1971:

Desde a instalação de base militar (1971) e implantação do CADIM – Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (1981), a ilha vem sendo usada como campo de treinamento de recrutas, sob administração da Marinha. De forma abrupta, os quilombolas passaram a sofrer vigilância sobre os seus costumes, humilhações, restrições de direitos, com prejuízo das condições de sustentabilidade da ilha. Perderam o pleno direito de ir e vir, de acesso as áreas de pesca com criatórios naturais, de cultivar roças, e as condições de moradia digna e de construção de casas para os filhos recém-casados. Soldados armados entrando nos nossos quintais pegavam nossos legumes e frutas. Hoje sabemos que eram testes de sobrevivência. Atingiram roças, coqueirais e pomares antigos em pleno uso. Quando eles (os militares) chegaram, a gente até viu com bons olhos. Tivemos esperança que nos ajudassem a melhorar nossas condições de vida. Mas a presença dos moradores na ilha foi ignorada. Muito abuso de poder, como a vez em que derrubaram o rancho e ordenaram a retirada da rede de um velho pescador. Aquilo era um abuso, uma afronta. Justo com um homem de setenta e poucos anos!” (Revista *Existimos*, 2007, p. 20).

Durante cerca de trinta anos, a escola de pesca moveu as bases da agricultura sustentável praticada na ilha, o discurso do moderno, a implementação das fábricas e sua posterior desativação abala as estruturas de vida das pessoas, sem equipamentos, voltam a realizar atividades artesanais de pesca, ao mesmo tempo, a Marinha entra com proibições, implementa um regime de adestramento, expulsa pessoas desobedientes, instaura um caos entre as relações. Uma geração inteira nasceu, cresceu e se tornou adulta,

⁸ Trata-se de uma revista escrita por apoiadores da causa quilombola na Marambaia, a partir de entrevistas e histórias contadas pelos moradores, algumas anônimas. <https://fase.org.br/pt/biblioteca/existimos/>

sem conviver com simbologias e práticas ancestrais, suspensas pela Marinha. Veena Das e Deborah Poole (2008), ao formularem suas teorias sobre as formas de atuação do Estado sobre a vida das pessoas, descrevem o disciplinamento dos corpos como uma das práticas de poder do Estado em prol da manutenção da lei (Das; Poole, 2008, p. 25).

Das e Poole (2008) enxergam estas práticas mediadas por instituições que representam o estado como uma forma de regulação da vida, a partir do cerceamento, do manejo tático e do poder sobre os corpos que inclui a legalidade e ilegalidade (Das; Poole, 2008, p.30). De acordo com essas autoras, esta forma de atuação do Estado sobre a vida das pessoas, contribui para a formação da margem. Neste mesmo caminho Foucault (1978), descreve a biopolítica como uma estratégia de governo, na qual questões fundamentais à vida, são utilizadas nos contextos políticos ou de poder. Ainda de acordo com este teórico, essas práticas poder ser tanto sutis quanto explícitas, verbalizadas ou escritas. Esta biopolítica é identificada na ilha, quando a comunidade perde sua área coletiva de plantio, tem seus alimentos do roçado confiscados, não podem reformar suas casas ou construir novas casas para seus filhos casados. Situação que leva os quilombolas da ilha a uma vida de extrema precariedade, o que levou alguns ilhéus a desistirem da vida no território.

Em 1980 tiveram início as ações de interdições de residências, com a família de Dona Eugênia da Praia do Sítio, foi a primeira a ter a casa interditada (Existimos, 2007, p. 10). A partir de 1998, a Marinha iniciou diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, alegando que os pescadores eram invasores de suas terras. Sem apoio jurídico e na sua maior parte não-alfabetizados, a medida em que eram condenados neste processo, foram sendo progressivamente expulsos (Arruti, 2003. p.6). Esses documentos produzidos pelo Estado eram ilegíveis para essas pessoas, e como consequência disso, muitos perderam suas moradias, enfrentando o violento processo de expulsão, indo para o continente, sem emprego, formação e escolarização. Expostos à todos os tipos de precariedades possíveis.

Um outro exemplo deste fato é o ocorrido com a mãe de Lino, Dona Sebastiana, nascida na Marambaia, processada e expulsa da ilha, precisou ir morar no Rio de Janeiro. De forma abrupta perdeu seu contato com o ambiente em que nasceu, tendo que adaptar-se à vida no subúrbio do Rio de Janeiro. O filho de Dona Sebastiana, conhecido como

Lino, atualmente membro da diretoria da ARQIMAR⁹, relata que sua mãe vivia em estado de tristeza, adoeceu e quando finalmente o juiz expediu uma sentença favorável ao seu retorno pra Marambaia ela faleceu, sem realizar seu sonho de voltar para sua casa e morrer no local onde nasceu. Segundo conta Lino, sua mãe passou dez anos morando no continente, “longe de suas coisinhas”, esse afastamento forçado fez Dona Sebastiana “vegetar em tristeza e sofrimento”, como diz Lino, “era como se ela não estivesse mais vida”. A historiadora Beatriz do Nascimento, ao se referir ao sofrimento do passado da população negra, faz a seguinte constatação: “*quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir*” (1976, *apud* RATTIS, 2007, p. 39). Veena Das ao estudar uma comunidade indiana que viveu a violência da partição, descreveu que “*Não é apenas a violência experimentada no corpo nesses casos, mas também a sensação de que se perde o acesso ao contexto, aquilo que constitui o sentido da violação*” (DAS, p. 31). Para a autora, as memórias do sofrimento vivido no passado “não estavam nos subterrâneos, escondidas, do contrário, estariam na superfície”.

O caso da Dona Sebastiana se transforma em bandeira de luta na comunidade, liderada pelas mulheres, concomitantemente, a Marinha abria processos de reintegração de posse contra chefes de famílias, alegando que eles eram “invasores de terras da União”. Já nos meados dos anos 1980, as mulheres se erguem em luta contra os abusos cometidos pela Marinha, movimento registrado como Oficina de mulheres, no intuito de camuflar seu objetivo. Dona Beá, se levanta neste momento como uma principal articuladora em busca de ajuda, saindo da ilha nas embarcações dos pescadores, na penumbra da madrugada ou no cair da noite. Com ela, Dulce, Sônia, Isabel e Vânia, munidas com seus cobertores a fim de passar a noite na Central do Brasil ou na porta da Defensoria Estadual, Ministério Público e outras unidades que cabiam registrar uma denúncia. Sofreram perseguição, ameaças e pouco apoio masculino. Este movimento liderado por Dona Beá, dá início a organização política da comunidade.

Durante mais de uma década, Dona Beá atuou na mobilização dos moradores em torno das notícias que ela e as demais traziam do continente, as travessias de documentos, denúncias e demais respostas dos órgãos competentes acessados por elas. Dentre essas as mais comemoradas foram as respostas do Ministério Público autorizando o retorno de algumas pessoas expulsas. As reuniões promovidas por ela, aconteciam embaixo de uma amendoeira localizada em frente à sua casa, na Praia Grande. Lá aconteceram muitos

⁹ Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Ilha da Marambaia.

movimentos políticos, até a eleição para compor a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia – ARQIMAR. Uma postagem na Revista Existimos de 2006 dá uma noção do que acontecia na “oficina de mulheres”:

“São as que mais movimentam a luta. Pra fundar a ARQIMAR houve até reuniões só de mulheres, porque os homens intimidados, não iam. Eu dizia, eu vou, tô indo! Eles agora são interessados que a gente vá. As mulheres são mais desempenhadas. Eu sinto na pele. O conflito reforçou o companheirismo entre os homens e as mulheres da ilha. As mulheres valorizam mais seu lugar, assumiram o papel de liderança, de querer o melhor. Antes tinham o feijão com arroz, mais aprenderam a querer mais”. (Oficina de mulheres, 2006)

Este movimento de mulheres culmina com a criação da Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia - ARQIMAR, fundada em 2003. Com a associação, os moradores iniciam os diálogos interinstitucionais com a Marinha, embasados no Decreto 4887/2003, assinado pelo Presidente Lula, ano em que ele inicia o exercício de seu primeiro mandato. O trecho a seguir deste decreto trata da regulamentação de terras quilombolas: *“Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos de que trata o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias”*. Além deste decreto, o Ministério Público de Angra dos Reis pediu ao Governo Federal que finalizasse o processo administrativo de reconhecimento das terras quilombolas da ilha, em um prazo máximo de um ano, o que foi concluído em 2006, quatro anos depois, sendo depois revogada, contestada pela ARQIMAR.

Uma questão relevante apontada pelos moradores, em especial pelas lideranças atuais da comunidade, são os marcos das principais conquistas terem ocorrido nos governos de esquerda, também reconhecidos como épocas, em que a comunidade encontrou maior abertura para a recepção de suas demandas. Em 2003, a criação da ARQIMAR culmina com a visita do Presidente Lula à comunidade, período em que em meio a tantas precariedades, foram priorizadas pelos moradores as questões referentes a documentação e titulação das terras e o fim da soberania da Marinha na ilha.

Gradativamente a associação amadurece sua estrutura, realiza eleições para renovação de suas diretorias, mais apesar da luta, as conquistas são poucas. A escola básica da ilha, passa a atender até os anos finais do ensino fundamental, resultado de luta mediada pelas mulheres, porém a falta do ensino médio, continua a motivar membros a

saírem da ilha. As histórias conhecidas por esta pesquisa na Marambaia, levam a conceber a questão da escolarização como um dos principais motivos de evasão de jovens do território. Em 2007, ocasião em que Seu Naná era liderança quilombola na Marambaia, fornece entrevista para o infográfico “Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas” e, revela sua preocupação com a falta de escola de ensino médio e de emprego na ilha:

“Sem a escola de ensino médio, os jovens precisam sair para estudar no continente e em geral não voltam para a comunidade. Estamos perdendo eles porque não tem trabalho e escola lá na ilha. E sabemos que mesmo com a titulação, sem os jovens não conseguiremos manter a terra” (Seu Naná, 2007)

Desde a data deste depoimento, nada mudou na Marambaia, a juventude que termina o nono ano, necessita realizar a travessia diariamente para estudar no continente. Inicialmente, na ocasião da escola técnica para homens, este o êxodo era voluntário, as famílias saíram por sua conta e risco. Com o fim da escola técnica, as saídas se tornaram compulsórias mediadas pela Marinha através da expulsão e atualmente, após a assinatura do Termo de Ajustamento de Condutas – TAC em 2014, há registros de famílias procuram a associação de moradores, em busca de informações sobre sair da ilha para estudar, trabalhar e morar no continente.

Em janeiro de 2024 a atual diretora da comunidade Jaqueline Alves em entrevista para a Rede Brasil de Notícias¹⁰, faz uma declaração, pontuando questões levantadas por Seu Naná em 2007, na qual reforça que a permanência no território, dependente de políticas públicas ainda não implementadas:

“Na realidade, a gente está tratando [de] direitos que ainda precisam ser conquistados para que a comunidade continue crescendo e permanecendo no território. Para que haja avanço e não haja a extinção da comunidade futuramente. Porque a tendência é as pessoas saírem para trabalhar, estudar, se formar. Se a gente consegue trazer essas políticas públicas para o território, a gente também consegue fazer com que a comunidade permaneça, cresça e se desenvolva” (Jaqueline Alves, 2024).

Atualmente, as relações entre comunidade e Marinha são regidas por um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado em 2014, neste documento, a Marinha

¹⁰ <https://resumodigital.com.br/direitos-humanos/quilombolas-de-marambaia-lutam-por-melhorias-nos-servicos-publicos/>

continua a exercer o controle do acesso ao território, provê o transporte e reconhece como morador, apenas aqueles que residem no território. Em 2015, a comunidade finalmente é titulada, contudo, as pessoas que saíram não conseguiram retornar. Ações judiciais coletivas mobilizadas pela oficina de mulheres, são respondidas em 2022, permitindo a construção de 21 novas casas. Osmar, filho de Dona Dulce, casado desde 2004, conseguiu finalmente sua casa, após 18 anos de espera, assim como outros moradores contemplados nesta ocasião, contou Dona Dulce, contente pelo terreno do filho, apesar de ele ter conseguido construir apenas um grande cômodo com um banheiro, “*ele vai construindo aos pouquinhos*”. Processos morosos, cansativos, mobilizadores de inúmeros documentos de difícil interpretação, elucidados através do trabalho coletivo entre ARQIMAR e voluntários de muitas áreas do conhecimento, militantes da causa negra, universidades e especialmente outras comunidades quilombolas, que compartilham experiências e desafios.

Estar para ser: a identidade territorial quilombola

A etnicidade quilombola, associada ao território, inviabiliza às pessoas que saíram, o acesso à políticas públicas exclusivas a este grupo étnico. O trecho da sentença expedida em 2007 fala sobre o uso da terra segundo costumes e tradições o pertencimento étnico:

“A constituição Federal de 1988, ao consagrar o direito à terra dos remanescentes de quilombos não o fez tomando como base os quilombos unicamente como locais de negros fugitivos e sim referindo ao uso da terra segundo os costumes e tradições das comunidades negras”¹¹

Ao mesmo Estado Brasileiro que defende o uso da terra segundo os costumes e tradições, impõe restrições à manifestações culturais e modos de vida. Ao mesmo tempo que defende a permanência no território, não permite que a comunidade tenha o mínimo para sua existência, por exemplo, moradias seguras, longe do perigo do avanço do mar.

¹¹ Trecho da sentença de 1º grau da Vara Federal de Angra dos Reis, expedida nos autos da Ação Civil Pública em defesa dos Direitos Constitucionais da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia em 20 de março de 2007. Documento consultado na diretoria da comunidade. Ação Civil Pública n. 2002.51.11.000118-2, pelo Juízo da Vara Federal de Angra dos ReisRJ (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro – Poder Judiciário, de 29 de março de 2007, p. 71-74), reconheceu a comunidade de Ilhéus da Marambaia-RJ como comunidade remanescente de quilombos, de sorte que não há nenhum óbice para a titulação requerida.

Andar com um documento para comprovar a etnicidade, demonstra o quanto a necessidade de “pertencer a” é complementar à própria existência, “ser alguém além de uma mulher negra”, como diz Adrielly, demonstra quanto fazer parte para ela é importante. Mesmo tendo nascido algumas gerações após todos esses processos explicitamente violentos, anda em busca do “fio da meada”, se agarra ao documento, como forma de se sentir segura em afirmar que veio de lá, e que apenas seu corpo físico está fora do território. A historiadora Beatriz do Nascimento, apresenta uma concepção de território associado ao próprio corpo, o “corpo-território”, por entender que o território original, do qual partiram os antepassados dos quilombolas não existe mais, nem nas Áfricas nem no Brasil, a Marambaia apresentada neste trabalho também representa um território que muda com a chegada da escola, depois da Marinha e continua mudando.

Atribuir ao corpo como o seu próprio território de pertença, tem sido o recurso acessado pelos quilombolas desalojados do território físico. Acionando recursos produzidos pelo pensamento de Beatriz do Nascimento, substituem o “estar para ser” pelo “ser onde está”. *A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.*” (Beatriz Nascimento, 1989). Sair do território não foi uma escolha fácil, para muitos nem foi uma escolha de fato. O estado também está aqui fora, com o mesmo *modos operandi* sobre esses corpos negros.

Estar no território é “fazer a luta”, é viver a experiência de uma vida compartilhada, solidariedade, onde todos precisam de todos, o que não significa que concordem sempre entre si em tudo, o tempo inteiro. Talvez seja unânime o pensamento de que as conquistas adquiridas através da luta dos que estão dentro do território, sejam partilhadas apenas para quem está na comunidade, vivenciando as dificuldades diárias.

No Quilombo da Marambaia, e nos seus mais de cem anos de história de luta pelo direito à terra, de uma vida marcada pelos documentos infinitos que a regulam diariamente, me deixa com a impressão de que a titularidade é um direito em fase de aprendizado. Uma comunidade negra remanescente de processos violentos do sistema escravagista, da exclusão às mulheres e das inúmeras violências praticadas pelo Estado, aprendeu a se reabastecer durante as poucas tréguas o seu ânimo, mesmo que tomando em micro doses. No fundo, o desejo de fazer a travessia, por uma vida melhor, pode depender apenas do ponto de vista de onde se está, muda muito pouca “coisa”.

Referências:

ALVES, V. Z.; ARRUTI, J. M. A. P. Antiga Escola da Marambaia: História e memória de uma experiência do ensino industrial da pesca (1939 – 1970). Rio de Janeiro, 2010, 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DAS Veena e Poole, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: Curso dado no College de France (1977-1978). Martins Fontes: São Paulo, 2008. [Aula de 11 de janeiro de 1978; Aula de 18 de janeiro de 1978; Aula de 8 de fevereiro de 1978]

GOMES, Flavio. Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

MOURA, Clovis. Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clovis. A sociologia do negro no Brasil. São Paulo: Ática, 1988.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

SCHMITT, A., Turatti, M. C. M., & CARVALHO, M.C.de. (2002). A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade, (10), 129-139.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.